

ATA NÚMERO 115 /XIII (3.ª)

A 14 de março de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, do Ministro da Cultura, sobre a revisão do sistema de apoios públicos ao cinema, a requalificação e a reorganização da orientação estratégica e competências do ICA e as condições desta entidade para o cumprimento da sua missão;

Audição, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, do Ministro da Cultura, sobre a situação do serviço público e das entidades artísticas que o prestam face ao atraso no concurso para financiamentos plurianuais da DGArtes.

Audição, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, do Ministro da Cultura, sobre a revisão do sistema de apoios públicos ao cinema, a requalificação e a reorganização da orientação estratégica e competências do ICA e as condições desta entidade para o cumprimento da sua missão

A Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto cumprimentou o Senhor Ministro da Cultura, Luís Filipe de Castro Mendes e o Senhor Secretário de Estado da Cultura, Miguel Honrado informando-os da grelha de tempos disponível para o efeito.

De seguida, e em conformidade com a referida grelha, foi dada a palavra à Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP), que sumariou as questões subjacentes ao requerimento:

- O Grupo Parlamentar do PCP tem conhecimento que o decreto já estará para promulgação no Presidente da República. Nesse sentido, questionou qual a redação do artigo 14.º em relação aos júris;

- Questionou se o decreto é mais um daqueles projetos que aponta no caminho de retirada de partes substanciais do corpo da lei para enviar para regulamentação;
- Quais é que são os princípios que a tutela considera que têm que ser seguidos naquilo que é a política cultural definida para o cinema;
- Como é que o Ministério da Cultura vai dar resposta à questão da insuficiência claríssima de financiamento público;
- Na verdade, enquanto houver a extrema dependência da cobrança de taxas, a operadoras e a anunciantes de televisão, não havendo qualquer financiamento Orçamento do Estado vão continuar altamente sujeitos a pressões externas. Destarte, o Grupo Parlamentar do PCP quer perceber o que é que o Governo propõe em relação a esta matéria e quais são os caminhos que vão ser seguidos.

O Senhor Ministro da Cultura, respondeu às questões suscitadas, nomeadamente, referindo o trabalho que têm feito desde que assumiram funções, aumentaram a verba afecta ao cinema e ao audiovisual, conseguiram que houvesse mais obras apoiadas pelo Estado, alteraram a Direção do ICA em junho de 2017, definiram como prioritária a definição de uma estratégia para a área do cinema e do audiovisual a ser criada em diálogo com o setor, criaram um Decreto-Lei de incentivo às produções cinematográficas em Portugal.

Os Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), Maria Augusta Santos (PS) Jorge Campos (BE), Teresa Caeiro (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP) questionaram, designadamente, sobre quais as razões que justificam os atrasos nos concursos que tem caracterizado a ação do Ministério da Cultura; se além das atuais fontes de financiamento o apoio ao cinema passará a contar com verbas próprias inscritas no próximo Orçamento do Estado; qual é a alteração de facto preconizada no novo Decreto-lei sobre a constituição dos júris dos concursos e a seleção final dos projetos; o regime sancionatório em caso de incumprimento das operadoras; e se vai haver alterações em termos de mecanismos de fiscalização.

O Senhor Ministro da Cultura e o Senhor Secretário de Estado da Cultura responderam a seguir a cada uma das intervenções tendo referido, nomeadamente, que o Ministério da Cultura vai propor um reforço do financiamento do cinema que permita, quer no cinema, quer em todas as outras áreas, alcançarem os seus objetivos e cumprirem o programa do Governo; partiram de 2013 com um financiamento ao cinema de 10,2 milhões de euros e chegaram a 2019 com um financiamento disponível para o cinema de 19 milhões de euros. Portanto, há aqui de facto uma evolução relativamente à capacidade do Estado de poder financiar o cinema.

Na segunda ronda, usaram da palavra para comentar e pedir esclarecimentos os Senhores Deputados Susana Lamas (PSD), Jorge Campos (BE) e Ana Mesquita (PCP), a que o Senhor Ministro da Cultura e o Senhor Secretário de Estado da Cultura responderam em conjunto.

A gravação vídeo da audição pode ser consultada na [página internet da Comissão](#).

Audição, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, do Ministro da Cultura, sobre a situação do serviço público e das entidades artísticas que o prestam face ao atraso no concurso para financiamentos plurianuais da DGArtes

A Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto informou da grelha de tempos da audição.

De seguida, e em conformidade com a referida grelha, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Jorge Campos (BE), que sumariou as questões subjacentes ao requerimento:

- O financiamento plurianual às artes constitui a maior fatia dos apoios da DGArtes e representa grande parte do orçamento das estruturas artísticas, quando as estruturas não têm esse dinheiro é suspenso o serviço público que garantem;
- Acresce que, passa a ser impossível obter financiamento de outras instituições públicas e privadas nacionais e estrangeiras e muito mais difícil desenvolver atividades para receitas de bilheteira. Na verdade, estamos a meio de março e

ainda nenhuma estrutura tem financiamento. Nesse sentido, perguntou o que é que se passa com os prazos dos concursos;

- O processo de auscultação tendo em vista o regulamento de apoios às artes durou cerca de um ano e meio, o que levou à suspensão do concurso de 2017, o que fizeram portanto foi prolongar o financiamento de 2013/2016. Mas a verdade é que com tudo isto há um novo atraso em relação à abertura dos concursos de 2018 e 2021. Assim, questionou o porquê daqueles atrasos.

O Senhor Ministro da Cultura e o Senhor Secretário de Estado da Cultura, responderam às questões suscitadas, mormente, referindo que o Ministério da Cultura está absolutamente consciente da difícil situação em que se encontra o setor das artes, nomeadamente das estruturas de programação continuada.

Mencionaram que globalmente em 2017 os apoios cresceram 9% face ao ano anterior e em 2018 ficaram integralmente repostos os cortes ocorridos após 2011, com uma dotação de 17,6 milhões de euros, mais 29%, 3,9 milhões, face a a 2015.

Os Senhores Deputados Margarida Mano (PSD), Carla Sousa (PS), Teresa Caeiro (CDS-PP), Ana Mesquita (PCP) e Jorge Campos (BE) questionaram, nomeadamente, sobre se o Senhor Ministro da Cultura tem consciência de que a frustração das expectativas no setor vai muito para além dos atrasos e dos tempos, não tem apenas a ver com processos, mas com uma expectativa relativamente à valorização do setor das artes e do serviço público dessas entidades que objetivamente não ocorreu; se vai existir algum acerto no calendário dos concursos plurianuais para o ano de 2019; por parte da tutela como é que asseguram o equilíbrio entre programação clássica e o experimentalismo; se o Senhor Ministro da Cultura subcreve aquilo que a Senhora Diretora Regional de Cultura do Centro disse ou se repudia publicamente aquilo que ela afirmou; e se o Senhor Ministro da Cultura está em condições de anunciar algumas medidas extraordinárias, no sentido de atendendo à emergência em que se encontra o setor, haver um financiamento suplementar.

O Senhor Ministro da Cultura e o Senhor Secretário de Estado da Cultura responderam a seguir a cada uma das intervenções tendo referido, designadamente, que desde que abriram os concursos não tem havido atrasos de prazos legais, nem nos avisos de

abertura, nem nas notificações dos projetos de decisão, nem em qualquer outro procedimento que tenha a ver com os concursos, a Senhora Diretora Regional da Cultura do Centro já publicou um esclarecimento e já explicou junto da tutela as afirmações que tinha proferido e retratou-se da posição, na medida em que disse que não era sua intenção por em questão as companhias que recebem apoios e subsídios públicos do Estado.

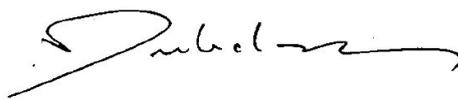
Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição, agradecendo ao Senhor Ministro da Cultura e ao Senhor Secretário de Estado da Cultura os esclarecimentos prestados.

A gravação vídeo da audição pode ser consultada na [página internet da Comissão](#).

A reunião foi encerrada às 13 horas e 20 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de março de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO, em exercício



(Pedro do Ó Ramos)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar CDS-PP na reunião de 24 de abril de 2018

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Sousa
Cristóvão Simão Ribeiro
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Helga Correia
Hugo Carvalho
Joel Sá
Jorge Campos
José Carlos Barros
Margarida Balseiro Lopes
Norberto Patinho
Pedro do Ó Ramos
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas
Teresa Caeiro
Ana Mesquita
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Silva
Catarina Martins
Constança Urbano de Sousa
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Palmira Maciel

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves
Joana Barata Lopes
João Torres
Luís Monteiro
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Pinho de Almeida